

Arbitragem como Alternativa de Solução de Litígios para Micro e Pequenas Empresas¹

Lima, C. H. C. S.*²

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo

Os Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos (MASCs), empregados em escala crescente no Brasil, podem representar instrumentos de uma ordem de justiça mais eficaz. São ilustrados pelos institutos da conciliação, mediação e arbitragem, assim como o acesso facilitado aos Juizados Especiais. Essa tendência se reforça também no meio corporativo, caracteristicamente dinâmico, em que empresas procuram alternativas ao Poder Judiciário por não poderem ficar reféns dos entraves do processo estatal. As Micro e Pequenas Empresas (MPEs), porém, estão à margem desse acesso quando se trata da adoção da arbitragem, devido, muitas vezes, ao desconhecimento e aos custos ainda muito elevados dessa forma de solução de controvérsias. Esta pesquisa tem por objetivo estudar o instituto da arbitragem no âmbito das atividades empresariais de pequeno porte, utilizando como parâmetro a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que faz a classificação entre Micro e Pequenas Empresas, procurando encontrar os principais entraves e apontar soluções pontuais para uma maior aceitação deste Método de Alternativo de Resolução de Controvérsias por esse tipo de qualificação jurídica da atividade empresarial, moldada a partir da Constituição Federal. Visa realizar também um estudo dogmático da Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996, analisando as mudanças trazidas para o ordenamento jurídico brasileiro, em conformidade com o sistema de direito positivo de tratamento especificamente aplicado às Micro e Pequenas Empresas. A pesquisa será feita por estudo bibliográfico dos temas correlatos, e investigação dos possíveis entraves por meio da elaboração de questionários e entrevistas com empresários, árbitros, advogados e professores ligados ao tema. No decorrer da pesquisa fez-se ainda necessário o estudo comparado do emprego da arbitragem em outros sistemas jurídicos para solução de conflitos de menor valor econômico, como no direito do consumidor, trabalhista e, até mesmo, seu emprego para questões cíveis. Por fim, pretende-se apontar quais os entraves à utilização do método e apresentar propostas de soluções pontuais e adequações para o público em foco.

1 Pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

2 Caio Henrique Carvalho de Siqueira Lima

Arbitration as an Alternative Dispute Resolution for Small Business

The Alternative Dispute Resolution (ADR) methods, each time more used in Brazil, represent means for a better access to justice. They are the Institutes of Conciliation, Mediation and Arbitration, as well as the eased up on access to the Small Claim Courts. This is also a tendency in the business environment, typically dynamic, where companies look into alternatives for the Judiciary because they cannot be under the aegis of it. The Micro and Small Business (MSBs), however, are not included in this procedure benefits when it comes to arbitration, owing to, many times, the unfamiliarity and the costs of this ADR, which remains high. This research aims to study the institute of arbitration in the small business context, using as a parameter the Law No. 123 of December 14, 2006, which makes the classification between Micro and Small Business, seeking to find the main obstacles and point to point solutions for a wider acceptance of this method of Alternative Dispute Resolution by such legal classification of business activity, supported by the Federal Constitution . We intend also to hold a dogmatic study of the Law No. 9,307 of September 23, 1996, analyzing the changes brought to the Brazilian legal system, in accordance to the system of positive law treatment specifically applied to Micro and Small Business. The research will consist of bibliographic study of related topics, and investigating possible barriers through the development of questionnaires and interviews with business owners, arbitrators, lawyers and professors related to the subject. During the research, the compared usage of arbitration in other legal systems for resolving small causes, as in consumer law, labor law and even for civil matters, became necessary. Finally, we intend to point out what are the barriers to the usage of the method and to propose specific solutions and adjustments for the MSB public.